

ANEXO 2 – CONTRATO DE CARATINGA

CONTRATO Nº 112/2015, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159/2015, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARATINGA E TIBURCIO DAVID – SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

Termo de contrato que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Caratinga/MG e a empresa Tibúrcio David Sociedade de Advogados para prestação dos serviços de advocacia.

O MUNICÍPIO DE CARATINGA, ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Travessa Cel. Ferreira dos Santos, 30, Centro, Caratinga-MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.334.268/0001-25, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Marco Antônio Ferraz Junqueira, portador do CPF nº 658.130.906-06, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa TIBURCIO DAVID SOCIEDADE DE ADVOGADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 22.082.393/0001-62, com sede à Rua Coronel Juca Ferraz, 82, Bairro Santa Efigênia, CEP 30.270-350, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu sócio gerente, Gabriel Tibúrcio David, inscrito na OAB/MG 138.003, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam, entre si, o presente contrato vinculado à inexigibilidade de licitação nº 009/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O Contrato terá como objeto a prestação dos serviços jurídicos especializados de consultoria e assessoria aos órgãos pertencentes à administração pública no tocante a elaboração e acompanhamento de técnicas legislativas para a redação de projetos de lei de qualquer natureza; emissão de pareceres jurídicos concernentes a questões de alta indagação em matérias relativas à área do direito público; acompanhamento e assessoramento dos interesses do Município nas ações judiciais de 2ª Instância e Tribunais Superiores; acompanhamento e assessoramento dos interesses do Município junto ao Tribunal de

Contas Estadual; consultoria e assessoria jurídica referente aos aspectos jurídicos da Lei de Responsabilidade Fiscal; consultoria e assessoria jurídica à Comissão Permanente de Licitação.

As questões levadas a apreciação da sociedade de advogados deverão ser específicas e diferentes das matérias rotineiras da administração pública, em consonância à sumula 106 do TCE-MG.

Inegavelmente se está diante de serviços de natureza singular, e de cristalina relevância à Administração, a permitir a inexigibilidade de sua contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: O prazo contratual será a partir do início na data de assinatura do contrato até 31 de dezembro, podendo este prazo ser prorrogado dentro do que permite a legislação vigente, mediante termo aditivo firmado entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: O contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela CONTRATADA, sem autorização por escrito da CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES: A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação do presente contrato em até 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e os entregar, quando da contratação.

5.2 - Pagar a importância correspondente à prestação dos serviços no prazo previsto no contrato.



5.2 - Credenciar perante a CONTRATADA, mediante documento hábil, servidores autorizados a solicitar assessoramento jurídico;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da Contratada:

6.1 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no inciso XIII, do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

6.2 - Possuir, durante toda a vigência do contrato, um sistema de atendimento em regime de plantão, através de telefonia fixa ou móvel, para atendimento da Prefeitura Municipal de Caratinga/MG em caso de urgência, quando necessário, exceto em finais de semana e feriados.

6.3 - Cumprir os prazos legais e judiciais, sempre que não houver atentado à dignidade da justiça e/ou atos protelatórios.

6.4 - Responsabilizar-se pelos prazos decorrentes das publicações ocorridas até o último dia da vigência do contrato, mesmo que o cumprimento desses prazos ultrapasse esta data, limitado a 30 (trinta) dias a contar do encerramento do respectivo termo.

6.5 - Apresentar relatório geral de processos com identificação das partes e juízo, assim como restituir todos os documentos cujo ato processual deva ser praticado após o limite fixado no item anterior, em 05 (cinco) dias após o encerramento da vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão pela conta da dotação 02.01.02.02.061.00062.111.000.33.90.39 - Ficha 2916 - Prestação de Serviços Jurídicos.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO - O preço anual a ser cobrado pela CONTRATADA será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem pagos mensalmente em parcelas de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

[Assinatura]

[Assinatura]

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS: São pactuados também, neste ato, o seguinte:

9.2 - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade, em benefício próprio, acerca dos serviços a que se refere este Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

9.3 - É vedada a subcontratação de outra empresa para execução dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DESPESAS

11.1 - Todas as despesas judiciais e extrajudiciais que se fizerem necessárias para a execução do presente contrato serão reembolsadas pelo Município, à vista dos comprovantes devidamente assinados.

11.2 - Quando o advogado da CONTRATADA tiver de se deslocar, em cumprimento das obrigações para a execução do contrato, para fora de Belo Horizonte-MG, a CONTRATANTE promoverá o meio de locomoção adequado.


11.3 - Em caso do deslocamento da CONTRATADA se dar em veículo próprio, será cobrado o valor de 1,34 (Um real e trinta e quatro centavos) por KM rodado.

11.4 - Despesas como alimentação e hospedagem, quando a CONTRATADA estiver em deslocamento para fins de execução do contrato, correrão por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES PARA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E DO REEQUÍLIBRIO.

10.1 - O Contrato poderá ser repactuado, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, ou da última repactuação, visando a adequação aos novos preços de mercado, desde que seja apresentada demonstração analítica da variação dos componentes de custos, devidamente justificada e em conformidade com os dispositivos legais, a critério da Prefeitura Municipal de Caratinga/MG.

10.2 - A repactuação deve ser entendida como ajuste entre as partes, visando manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato.



10.3 - A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com os preços apresentados pela CONTRATADA e em conformidade com a legislação vigente à época.

10.4 - As alterações dos valores contratuais, em função da repactuação, serão efetivadas através de Termo Aditivo, vedando-se, terminantemente, efeito financeiro retroativo à assinatura do instrumento.

10.5 - A repactuação, compreendendo todas as suas fases, será registrada no processo da contratação.

10.6 - No primeiro ano, o preço será irrevogável. Posteriormente, o preço poderá ser reajustado, observando-se as orientações governamentais, por índice de preço a critério da Prefeitura Municipal de Caratinga/MG, e será válido pelo período de 12 (doze) meses. Os reajustes subsequentes ocorrerão sempre a cada 12 (doze) meses.

10.7 - O valor contratado se refere à atuação contenciosa em processos judiciais e/ou administrativos; participação em reunião plenária ordinária e extraordinária, elaboração de palestras jurídicas, ministrar palestras aos servidores da Prefeitura Municipal de Caratinga/MG. Havendo majoração ou supressão dessa quantidade, o reequilíbrio contratual observará os termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante provocação da parte interessada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO:

11.1 - O pagamento será feito, mensalmente, até o quinto dia útil após a apresentação da Nota Fiscal.

11.2 - Na oportunidade do pagamento da fatura, a CONTRATANTE efetuará a retenção de tributos e contribuições incidente previstas na Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa nº 539, de 25 de abril de 2005.

11.3 - Caso o faturamento apresente alguma incorreção, os documentos de cobrança serão devolvidos à CONTRATADA para regularização e pagos em até 72 (setenta e duas) horas, a contar de sua nova aceitação, valendo a data acima como o do novo adimplemento, não sendo devida, em nenhuma hipótese, atualização financeira.



11.4 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar-se a efetuar o pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, os serviços não estiverem, comprovadamente, sendo prestado a inteiro contendo de acordo com proposto, aceito e contratado.

11.5 - Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL: Aplica-se à execução deste contrato e especialmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

13.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração do CONTRATANTE, poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.1.1 - Advertência

13.1.2 - Multa de até 5%(cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

13.1.3 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caratinga/MG;

13.3 - Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

13.4 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento da sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO:

14.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93:

14.1.1 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.2 - A rescisão do Contrato poderá ser:

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located at the bottom right of the page.

14.2.1 - Determinada por ato unilateral e escrita da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

14.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste processo licitatório, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

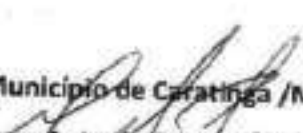
14.2.3 - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.


14.3 - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Caratinga/MG, para dirimir quaisquer dúvidas decorrente da execução do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Caratinga/MG, 01 de setembro de 2015.

Município de Caratinga /MG

Marco Antonio Ferraz Junqueira
Prefeito Municipal


Tibúrcio David - Sociedade de Advogados
CNPJ 22.082.393/0001-62

TESTEMUNHAS:

Assinatura 

Nome Cláudio da Oliveira Lima

CPF 798.119.306.00

Assinatura 

Nome CARMO LUCAS SOUZA OLIVEIRA

CPF 032.821.546-21